

IV PROJETAR 2009
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA
FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL
Outubro 2009

EIXO: PROPOSIÇÃO
TÍTULO DO TRABALHO: AS REALIDADES PROJETUAIS
AUTOR: MARCELO DA ROCHA SILVEIRA
QUALIFICAÇÃO: PROFESSOR ADJUNTO
ENDEREÇO: DEARQ; MORRO DO CRUZEIRO, S/N, BAUXITA – OURO PRETO, MINAS GERAIS
CEP: 35.400-000
CORREIO ELETRÔNICO: mrsilveira@ibest.com.br

AS REALIDADES PROJETUAIS

Palavras-chave: Conceito, Processo

EIXO: PROPOSIÇÃO

RESUMO

A atividade projetual é quase sempre encarada como uma prerrogativa do arquiteto. Mas o que realmente significa projetar? Haveria a mesma concepção projetiva entre o arquiteto e o leigo? O que se pode entender por um pensar projetivo? Haveria uma contribuição no pensar projetivo do leigo para o arquiteto?

Inicialmente, pode-se afirmar que o projeto seria uma antecipação daquilo que viria a ser o objeto construído em si. Logo haverá a necessidade de o projetista abstrair a articulação dos diversos elementos (materiais, simbólicos, construtivos, legais, culturais etc.) que estarão envolvidos no objeto arquitetônico. Porém, é necessário observar que a idéia de projeto arquitetônico é normalmente concebida como antecessora da produção do espaço. Entretanto, esse pressuposto se revela inconsistente na medida em que o conceito não pode ser visto apenas como uma elaboração que antecede ao projeto e é substituída por este. Os conceitos, entendidos como signos lingüísticos responsáveis por traduzir, no discurso oral ou escrito, o pensamento projetivo, surgem da reflexão sobre a experiência dos espaços, vivida, conhecida, imaginada ou idealizada.

Por outro lado, fora do âmbito profissional, uma construção muitas vezes prescinde de uma inter-relação de seus elementos. Tal prática já estaria presente na arquitetura popular, pois esta se desenvolve pela repetição de um modelo ou ícone. Pode-se então questionar quando haveria uma “necessidade” da ruptura com tais modelos e práticas e, assim, resultar em uma “inovação”.

A partir de uma análise fenomenológica procurar-se-á demonstrar que o fazer arquitetônico tem condições de prescindir de um pensar totalizante. Esse trabalho procurará também mostrar que o arquiteto antes de elaborar qualquer projeto deve procurar compreender a *realidade* daqueles que usarão e usufruirão de sua obra. E, a partir daí, estabelecer um diálogo entre as diversas realidades que compõe todas as condicionantes projetuais.

THE PROJECT REALITIES

Key words: Concept, Process

AXIS: PROPOSITION

ABSTRACT

The activity of projecting is always faced as a prerogative of the architect. But what really means projecting? Would there be the same projecting conception between the architect and the laic? What could be understood by project thinking? Would there be a contribution of the laic project thinking to the architect?

At first, it can be said that the project would be an anticipation of the object that would be built. So, the person in charge for the project needs to abstract the articulation of the different elements (materials, symbolic, constructive, legal, cultural and so on) that will be involved in the architectonic object. But, it is necessary to observe that the idea of the architectural object is usually conceived prior to the space production. On the other hand, this assumption proves to be inconsistent if we consider that the concept cannot be seen only as an elaboration prior to the project, which is substituted by it. The concepts, understood as linguistic symbols responsible for translating the project thinking, both in oral and written speech, come from the known, imagined, idealized, and lived experience of the spaces.

Nevertheless, outside the professional sphere, a building many times renounces an interrelation of its elements. Such practice would be already present in the popular architecture, as it is developed by repetition of a model or an icon. So it is possible to question when there would be a breakage necessity in relation to such models and practices, thus resulting in innovation.

Using a phenomenological analysis it will be demonstrated that the architectural process has conditions to exist without a totalizing thinking. This paper will also try to demonstrate that the architect must try to understand the *reality* of those who will make use of its work prior to developing any project. After that, the architect must establish a dialog between the different realities that make part of the project conditionings.

LAS REALIDADES PROJETUAIS

Palabras-clave: Concepto, Proceso

EJE: PROPOSICIÓN

RESUMEN

La actividad de proyectar es casi siempre vista como una prerrogativa del arquitecto. ¿Pero cuál es el real significado de proyectar? ¿Habría la misma concepción proyectiva entre el arquitecto y el laico? ¿Qué se puede entender por un pensar proyectivo? ¿Habría una contribución en el pensar proyectivo del laico para el arquitecto?

Inicialmente, puede-se afirmar que el proyecto sería una anticipación de aquel que vendría a ser el objeto construido en sí. Luego, habría la necesidad de que el responsable por el proyecto abstraer la articulación de los diversos elementos (materiales, simbólicos, constructivos, legales, culturales y otros) que estarán envueltos en el proyecto arquitectónico. Pero es necesario observar que la idea de proyecto arquitectónico es normalmente concebida como antecesora de la producción del espacio. Entretanto, ese presupuesto rebelase inconsistente en la medida en que el concepto no puede ser visto solamente como una elaboración que antecede al proyecto y que es substituida por ese. Los conceptos, entendidos como siglos lingüísticos responsables por traducir, en el discurso oral y escrito, el pensamiento proyectivo, surgen de la reflexión a respecto de la experiencia de los espacios, vivida, conocida, imaginada o idealizada.

Por otro lado, fuera del ámbito profesional, una construcción muchas veces prescinde de una inter relación de sus elementos. Esta práctica ya estaría presente en la arquitectura popular, visto que esa se desarrolla por la repetición de un modelo o ícono. Puede se entonces cuestionar cuando habría una necesidad de ruptura con tales modelos y practicas y, así, resultar en una "innovación".

A partir de una análisis fenomenológica pretenderse-á demostrar que el hacer arquitectónico tiene condiciones de prescindir de un pensar totalizador. Este trabajo procurará también mostrar que el arquitecto antes de elaborar cualquier proyecto debe procurar comprender la *realidad* de aquél que usarán y disfrutarán de su obra. Y, a partir de este análisis, debe establecer un diálogo entre las diversas realidades que componen todas las condicionantes del proyecto.

AS REALIDADES PROJETUAIS

Já durante a formação profissional do arquiteto na academia, toma-se, na maioria das vezes, a contribuição da arquitetura feita por leigos como algo que em nada auxilia a atitude projetiva profissional. A atividade projetual é quase sempre encarada como uma prerrogativa do profissional que é contratado a fim de fornecer uma solução para as condicionantes envolvidas no projeto. Mas o que realmente significa projetar? Haveria a mesma concepção projetiva entre o profissional arquiteto e o leigo? O que se pode entender por um pensar projetivo? Haveria uma contribuição no pensar projetivo do leigo para o arquiteto? Tais questões tornam-se importantes à medida que se pensa que a profissão de arquiteto é relativamente recente dentro do panorama histórico da humanidade. Além disso, pode-se também questionar se haveria um pensar projetivo na atitude do leigo, e, a partir daí, que subsídios tal pensar poderia trazer efetivamente para a formação do profissional arquiteto.

Segundo Martinez¹: “O projeto é a descrição de um objeto que não existe no começo do processo”. O autor acrescenta ainda que:

Os projetos não são simples *desenhos de arquitetura*, mas são *simulações de situações de produção de projetos*. Trata-se de uma fração do processo real de produção de um edifício, abstraída e deformada no processo de torná-la autônoma e, ao final, auto-suficiente.²

Portanto, o projeto é uma antecipação daquilo que viria a ser o objeto construído em si. Logo, para tanto, haverá a necessidade de o projetista abstrair a articulação dos diversos elementos (materiais, simbólicos, construtivos, legais, culturais etc.) que estarão envolvidos no objeto arquitetônico quando edificado. Porém, é necessário observar que a idéia de projeto arquitetônico é normalmente concebida como antecessora da produção do espaço. Essa concepção tem por pressuposto fundamental a necessidade de a idéia anteceder a representação do desenho, ou seja, o conceito e o projeto seriam definidos por uma lógica de causalidade.

Entretanto, esse pressuposto se revela inconsistente na medida em que o conceito não pode ser visto apenas como uma elaboração que antecede ao projeto e é substituída por este. Os conceitos, entendidos como signos lingüísticos responsáveis por traduzir, no discurso oral ou escrito, o pensamento projetivo, surgem da reflexão sobre a experiência dos espaços, vivida, conhecida, imaginada ou idealizada.

¹ MARTINEZ, Alfonso Corona. *Ensaio sobre o projeto*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 38.

² MARTINEZ, Alfonso Corona. *Ensaio sobre o projeto*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 55.

Por outro lado, fora do âmbito profissional, uma construção muitas vezes prescinde de uma inter-relação de seus elementos. Tal prática estaria presente na arquitetura popular, pois segundo Martinez³: “A arquitetura popular [...] desenvolve-se pela repetição de um modelo ou ícone, de um outro edifício imediatamente acessível ao construtor”. Nesse sentido, pode-se entender um modelo como uma forma ou um padrão que serve de inspiração e referencial e, como tal, se deseja copiar sem que, com isso, haja, necessariamente, um questionamento da articulação dos elementos que possam estar presentes na edificação. Pode-se questionar então quando haveria uma “necessidade” da ruptura com tais modelos e práticas e, desse modo, uma “inovação”?

Para que isso aconteça será necessário que haja uma consciência daquilo que se realiza, ou seja, que o ofício de construção não seja aprendido informalmente. Caso isso não ocorra, o construir será baseado em práticas sedimentadas pela cultura, onde haverá a cópia dos modelos ou ícones, como referidos acima, onde todo o processo se realizará de modo inconsciente. Haveria então dois tipos de cultura, as conscientes e as inconscientes de si mesmas, onde em uma existirá a possibilidade de libertação de modelos e em outra não.

Então quando o ofício de construção é aprendido através de práticas perpassadas através do próprio ato construtivo, há a existência de uma normatividade implícita, advinda dos códigos adquiridos pela da tradição de cada povo, produzindo, por conseguinte, formas em equilíbrio ativo com o sistema.

As culturas inconscientes de si mesmas contém como um traço de seus sistemas produtores de formas, certa persistência, isto é, leis do mito, a tradição e o tabu que resistem à mudança premeditada. Os construtores de formas somente introduzem modificações quando são submetidos a fortes pressões, quando nas formas vigentes exista graves (e evidentes) defeitos que imponham uma correção.⁴

Isso significa que só haveria alteração nas formas construtivas a partir do momento em que houvesse um desajuste do modo tradicional de construção com o meio no qual este se insere. Caso isso não ocorresse, conseqüentemente, não haveria necessidade de mudança dos padrões existentes.

Por outro lado, há ainda momentos onde não há mais a repetição de modelos. Segundo Alexander:

A reação ante os defeitos, que antes foi tão direta, se faz agora cada vez menos direta. Os materiais já não estão ao alcance da mão. Os edifícios são mais permanentes e os consertos e reajustes se fazem menos escassos do que era comum ser. A construção já não está na mão dos moradores, quando aparecem

³ MARTINEZ, Alfonso Corona. *Ensaio sobre o projeto*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. p. 100/1001.

⁴ ALEXANDER, Cristopher. *Ensaio sobre a síntesis de la forma*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1986. p. 53.

falhas, é necessário indicá-las e descrever varias vezes antes que o especialista reconheça e faça algum ajuste permanente.⁵

Tais *práticas* aconteceriam por não haver mais a firmeza da tradição construtiva, e com isso passaria a existir a mudança principalmente devido ao seu apelo inovador, e não mais por uma necessária adaptação ao meio em que a construção se inscreve. Isso somente poderia acontecer em sociedades conscientes de si mesmas, ou seja, em sociedades em que há uma possibilidade de crítica dos seus próprios parâmetros de entendimento. Tais sociedades não possuem mais uma cultura de lentas transformações, mas, ao contrário, mudam com muita rapidez, acarretando com isso a quase impossibilidade do *processo adaptativo* acompanhar tais modificações.

O surgimento desse tipo de cultura acontece através de “[...] uma afirmação da individualidade por parte do fazedor de formas. [...] O arquiteto, posto que sua subsistência depende da reputação que alcança, anseia se diferenciar de seus colegas, introduzir inovações e ser uma estrela”⁶. Desse modo, pode-se entender que o desenvolvimento da individualidade é uma manifestação da arquitetura como uma disciplina consciente de si mesma. A partir de então, esta pode ser tomada como uma ciência independente, onde o indivíduo deixa de ser apenas um simples agente e torna-se um criador de formas e idéias que passam a ser a expressão desse seu individualismo criador.

Nesse sentido, o projeto arquitetônico só poderá ter condições de existir no momento em que haja a ruptura com o sistema tradicional baseado no conhecimento transmitido dos mestres construtores, e a partir daí estabelecer um pensamento disciplinado e teórico. No ocidente, isso começa a acontecer quando uma concepção teórica da arquitetura enseja uma mudança nas práticas de construção medievais.

Tal fato só se torna possível no momento em que o realismo aristotélico que estabelecia um sistema classificatório de conceitos que respondiam às hierarquias das essências imutáveis começa a entrar em colapso. Tal colapso ocorre justamente no momento em que o mundo medieval se abre para uma nova realidade; um mundo em todo inédito onde passa a haver a primazia da alteridade, das descobertas de novos mundos, da troca de informações. É justamente aí que vai estar a base de toda a idéia de projeto, advinda com o início da modernidade. É também nesse momento, século XV, que acontece uma revolução na prática arquitetônica. Tudo isso vai instaurar uma experiência inédita de universalidade. A idéia da alteridade traz com ela a prática da realização de um complexo de universais que vão se construindo através de todo um processo histórico que perpassa desde o projeto científico até a noção de humanidade. Porém, esta agora não se satisfaz mais com as bases teológicas que direcionavam o conhecimento. Ou seja, a crença em uma Verdade única, Deus, que guiava

⁵ ALEXANDER, Christopher. *Ensaio sobre a síntesis de la forma*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1986. p. 59.

⁶ ALEXANDER, Christopher. *Ensaio sobre a síntesis de la forma*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1986. p. 60/61.

toda a forma de conhecimento, acaba por ceder espaço para uma verdade que se debruça sobre um mundo terreno. O que acontece é que a vitória do nominalismo, pondo por terra o realismo de base platônica, acarreta consigo uma mudança na consistência do real. A realidade deixa de ser aquilo que Platão preconizava, isto é, o reflexo de uma Idéia superior imutável.

Isso interfere não somente em toda uma epistemologia, mas sua importância se estende, do mesmo modo, a uma nova concepção de espacialidade. A teoria do lugar natural presente na física de Aristóteles, onde cada espacialidade possuía diferentes hierarquias e naturezas, cede lugar a uma nova concepção de mundo, onde o espaço é tido como homogêneo e submetido às mesmas leis físicas (física newtoniana).

Esse novo entendimento do espaço é que possibilitará a instauração do ato projetivo, pois este só será possível de ser realizado no momento em que houver o pressuposto conceitual de uma racionalização do espaço. As bases teológicas do mundo medieval são então substituídas por uma universalidade centrada na matemática, que matematiza e domina o espaço, onde tudo é passível de ser conhecido. O matemático pode ser, desse modo, interpretado com *mente concipere*, ele é, do mesmo modo, um *pro-jectum*, ou seja, é um ser lançado para frente. Assim, a natureza é então o domínio cercado pelo projeto axiomático⁷, e as coisas são o que elas mostram ser dentro do domínio projetual. Portanto, o ato projetivo, percebido em termos profissionais nos dias de hoje, se inicia justamente com a instauração da modernidade, entendida como uma busca da alteridade, o domínio do espaço e a ciência compreendida dentro de um processo de matematização do mundo fenomênico.

Assim, o Renascimento inaugura a autonomia arquitetônica no momento em que ele pensa a arquitetura desvinculada da atividade religiosa e, conseqüentemente, social. Isso possibilita o pensar intelectual expresso no projeto e desassocia-o de sua execução. Boutinet⁸ observa que o teórico renascentista Leon Battista Alberti pôde então ampliar a concepção racional, e também histórica, presente nessa *nova* arquitetura que se instaurava e assimilá-la a um sistema de harmonia matemática, onde há a presença de clareza e simetria. Pevsner assinala que essa passagem do mundo medieval para o renascentista acontece justamente com o advento do conceito de projeto:

[...] uma edificação gótica nunca está terminada. Ela permanece um ser vivo cujo destino é influenciado pela devoção de geração após geração. E assim como seu início e seu fim não estão fixados no tempo, também não o estão no espaço. No estilo da Renascença, o edifício é um todo estético composto de partes auto-suficientes. Essas diversas partes são agrupadas e compostas no espaço ou em superfície de acordo com um sistema estático.⁹

⁷ "Axioma, em grego, quer dizer dignidade, refere-se ao modo de considerar (axióô, é o valor; axiomathetos: digno de ser aprendido" BORNHEIM, Gerd. *Metafísica e finitude*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. p. 81

⁸ BOUTINET, Jean-Pierre. *Antropologia do projeto*. São Paulo: Artmed, 2002.

⁹ PEVSNER, Nikolaus. *Panorama da arquitetura ocidental*. São Paulo, Martins Fontes, 1982. p. 185.

Tem-se, assim, a arquitetura realizada a partir de uma concepção totalizante, ou seja, procura pensar as partes de acordo com o todo, resultando, com isso, um modo abstrato de concebê-la. Por conseguinte, o projeto torna-se um corolário de um novo modo de concepção arquitetônica que então se instaura. Passa a haver então, nesse momento, certo “desprezo” pelo projetar realizado concomitante ao construir. Enquanto uma atividade é atribuição de um profissional de formação superior a outra é uma destinada a um profissional de nível técnico ou mesmo sem qualificação. As práticas tradicionais são olvidadas em prol de uma inovação que será esta de domínio exclusivo do arquiteto profissional. A formação do arquiteto e conseqüentemente sua prática profissional, consiste então na busca da alteridade, isto é, na procura do novo, daquilo que vai imprimir uma individualidade ao projeto. Contudo, nesse momento, já advém um questionamento: como criar o “novo” sem o conhecimento do antigo? Isso significa dizer que como se pode formar um profissional arquiteto sem que ele tenha um conhecimento consistente das práticas tradicionais? E é justamente na tradição que está imerso o conhecimento do leigo.

Outros questionamentos ainda se levantam: quais serão as bases teóricas ou práticas que nortearão o projeto? Até onde a personalidade do arquiteto terá o direito de interferir em um projeto de que ele provavelmente não usufruirá? Qual a relação com particularismos e universalismos, ou seja, até onde uma teoria arquitetônica poderá interferir em determinadas *práxis* ou particularidades culturais? Talvez essas questões possam começar a ser elucidadas a partir da gênese do atual entendimento de espaço e de realidade e qual a transformação desses conceitos como eram tradicionalmente entendidos e como hoje podem se compreender.

Há na transição do mundo medieval para o Renascimento uma passagem do qualitativo para o quantitativo, e isso acontece, como visto, através da própria matemática, pois esta fornecerá a base para a possibilidade de conhecimento, entendida nesse sentido moderno. Esta nova ciência renascentista que, pode-se dizer, se inaugura em termos eminentemente quantitativos, traz uma nova relação do homem com as coisas, onde estas passam a ser encaradas em termos de uma analogia com o número. O ato projetivo teria então por pressuposto uma “herança” que poderia ser desenvolvida a fim de ganhar uma nova dimensão não restrita apenas ao subjetivismo do criador-arquiteto, mas poderia ela se alçar a uma universalidade através de uma organização racional, que lhe conferiria unidade, ordem e proporção.

Por outro lado, a busca da Felicidade, do Bem-Supremo, da Verdade, presentes no mundo medieval, é preterida por um mundo terreno pleno de contradições, mas que ao mesmo tempo fornece diversidades que propiciam um número infinito de potencialidades não realizadas ou ainda não descobertas. Assim, o projeto só se torna possível realizar a partir do momento em que há o abandono de um mundo superior em prol de um mundo sensível. Por conseguinte, a principal ruptura que ocorre nesse período pós-Idade Média é justamente um

triunfo do nominalismo que irá desqualificar qualquer essência às coisas, inclusive a própria obra arquitetônica, possibilitando, desse modo, a atividade criadora. Segundo Bornheim:

“Pois o nominalismo viria a proceder a uma interessantíssima e revolucionária inversão nessa dicotomia [essência/existência]. Agora, é a existência que precede a essência; as essências passam a ser consideradas enquanto conceitos vazios de qualquer conteúdo, simples palavras, justamente aquilo que se lê nos dicionários [...]. Apenas uma inversão, mas que se planta na origem daquilo que alguns tempos mais tarde passaria a ser denominado como sendo nada menos que a morte de Deus.¹⁰”

Entretanto, o debate entre realismo e nominalismo vai ainda passar por todo um período conturbado de discussões a esse respeito. Em tais discussões estaria presente, *grosso modo*, o problema da realidade em si. Ou seja, haveria uma realidade externa que exista em si e por si mesma? Ou, ao contrário, a realidade é uma criação humana e somente a partir do homem é que pode existir e ser entendida? O grande passo para a tentativa de resolução desta questão ocorreu com Kant, quando este afirma que somente conhecemos a realidade na sua condição de fenômeno. Isso significa dizer que apenas quando o sujeito aplica as suas formas de entendimento de espaço e tempo é que a realidade pode ser compreendida.

A partir daí outra questão se apresenta: o que é a coisa real? Qual a diferença entre as coisas que estão no mundo e a idéia que existe na mente humana? Talvez, somente com o existencialismo de Heidegger que esses questionamentos venham a ser respondidos. Segundo Chauí¹¹: “Um mundo sem nós será tudo quanto se queira, menos o que entendemos por realidade. Uma consciência sem o mundo será tudo quanto se queira, menos a consciência humana”. Isso significa dizer que o sentido do mundo é dado pelo sujeito, mas ao mesmo tempo a existência do mundo independe da vontade do sujeito. A partir daí, Heidegger pôde elaborar uma nova ontologia. Segundo o filósofo alemão, o Ser é um Ser-aí (*Dasein*), ou seja, se é aquilo que remete a nossa compreensão ou incompreensão do mundo e do lugar que nele se ocupa. Mas não apenas isso, nunca se é o *Dasein* sozinho, mas sempre *Dasein-com* (*Mitdasein*), isso significa que o mundo do *Dasein* é um mundo compartilhado (*Mitwelt*). Ser autêntico significaria, então, ser-com-outros, por isso, talvez, se possa ainda afirmar que pensar uma autêntica arquitetura é pensá-la inserida no mundo. Ou seja, só se conseguirá atingir a essência da arquitetura se se conseguir entendê-la em seu significado existencial.

Todavia, esse mundo é do espaço qualitativamente diferenciado que vai se opor ao espaço sem graus nem escalas advindo do *pensamento* renascentista; por isso um quarto, para Heidegger, não pode ser concebido apenas como um espaço entre quatro paredes (sentido geométrico), mas como um equipamento de habitação. Ainda que os equipamentos de habitação sejam imperfeitos, são, entretanto, em seus próprios termos claros e precisos. Estes estão inseridos em uma espacialidade em que se possui um domínio. A prática projetiva só se torna, então, possível a partir do momento em que se pode pensar e dominar o espaço, porém

¹⁰ BORNHEIM, Gerd. *Páginas de filosofia da arte*. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1998. p. 32.

¹¹ CHAUÍ, Marilena de Souza. *Convite à filosofia*. 4ª. Edição. São Paulo: editora Ática, 1995. p. 241.

esse domínio remete agora ao sentido de haver uma interligação entre o sujeito que habita e a realidade que co-existe.

Pode-se afirmar que a arquitetura é trabalho sobre o espaço, produção do espaço, mas Boutinet¹² acrescenta que a “prática arquitetural consiste na passagem do espaço do projeto ao espaço do objeto”. Do mesmo modo, a arquitetura terá que ser entendida a partir da relação do homem com o espaço, ou melhor, como o homem constrói a sua espacialidade. Nesse ponto, invertendo-se a ordem, talvez a arte de construir possa ser entendida a partir do próprio sentido do espaço e como o homem se percebe inserido nele. Nesse contexto, tal sentido espacial vai estar atrelado ao próprio sentido que a cultura lhe imprimir, ou como Heidegger gostava de definir: o espaço só se deixa esclarecer a partir da própria temporalidade. Ou ainda, nas palavras de Boutinet¹³: “Projeção espacial e projeção temporal constituem a primeira fase de qualquer projeto de arquitetura”. O próprio termo projeto já remeteria a uma conotação de ordenação espacial, mas não apenas isso, ao mesmo tempo em que “[...] ele integra em seu seio a subjetividade e objetividade é também o momento que funde em um mesmo conjunto o futuro entrevisto e o passado rememorado”.¹⁴

Se o conceito de projeto surge na Idade Moderna, é com ele que começa também a aparecer a possibilidade da condição humana de autodeterminação; só assim o homem pode se lançar à frente, iniciando um abandono progressivo do mundo estático de bases metafísicas presente até então. Mas é somente com o advento do atual conceito de *liberdade* inaugurado na Idade Contemporânea que o domínio da dimensão espaço-temporal faz com que ele seja agente de seu próprio destino. Isso implica que o homem seja capaz de ser criador. Seu mundo não é mais uma obra acabada e dada pela divindade. Cada um pode projetar o seu destino, assim como pode projetar sua família, sua moradia, seu ambiente de vida.

O espaço só pode ser entendido a partir de um sentido subjetivo que o sujeito lhe imprime. Do mesmo modo, acontece com a construção do sentido na arquitetura. Ela não é *a priori*, mas depende de uma inter-relação entre o sujeito e o mundo fenomênico, sendo, portanto, advinda da experiência, do viver no mundo.

A partir do conceito de projeto e do sentido do espaço, poder-se-ia estabelecer a própria definição de arquitetura. Lúcio Costa¹⁵ ressalta a importância da relação da arquitetura com o espaço:

¹² BOUTINET, Jean-Pierre. *Antropologia do projeto*. São Paulo: Artmed, 2002. p. 167.

¹³ *Ib.* *Idem.*

¹⁴ *Ib.* *Idem.*

¹⁵ COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 45

Arquitetura é, antes de mais nada, construção, mas construção concebida com o propósito primordial de ordenar e organizar o espaço para determinada finalidade e visando a determinada intenção. [...]

Pode-se então definir arquitetura como construção concebida com a intenção de ordenar e organizar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, de um determinado meio, de uma determinada técnica e de um determinado programa.

Sua concepção de arquitetura parte, portanto, de organizar o espaço para um propósito específico a partir de condições previamente determinadas, o que remeteria também a um princípio totalizante como estava presente no Renascimento. Isso significaria afirmar que o conceito de projeto arquitetônico estaria atrelado a uma racionalidade que, consecutivamente, conceberia o objeto construído em seu todo e ordenando seus elementos constituintes segundo algum princípio. Contudo, se o conceito de projeto não pode prescindir da razão ele ao mesmo tempo não pode deixar de lançar mão de condicionantes afetivas, emocionais, espirituais que compõe o projeto na sua dimensão humana. Nesse caso, porém, torna-se difícil estabelecer critérios precisos e determinados para a inserção de tais condicionantes no projeto. Cada pessoa vai interagir de modo específico e particular com o espaço construído estabelecendo uma percepção, do mesmo modo, idiossincrática deste. Projetar significa, em última análise, admitir a possibilidade de atuação sobre o mundo fenomênico, ou seja, lançar-se à frente em uma dimensão espaço-temporal.

A partir daí pode-se retornar a questão: haveria a mesma concepção projetiva entre a atuação do profissional e a do leigo? Por um lado, pode-se afirmar que existiria uma distinção inicial entre estes dois agires, na medida em que o profissional teria como pressuposto o domínio das condicionantes teóricas e práticas do projeto, sendo, portanto, capaz de elaborá-lo de um modo totalizante e unitário. Ou seja, espera-se que o projeto ao sair da prancheta do profissional, seja algo pronto e acabado, podendo, conseqüentemente, ser edificado. Por outro lado, o fazer arquitetônico, já que inserido em um mundo dinâmico, tem condições de prescindir de tal pensar totalizante. Nesse sentido, o leigo ao construir sua própria residência ou ao reformá-la, por exemplo, estará do mesmo modo projetando, ainda que não possua um projeto formal em suas mãos. Ele estará empregando, em seu ato projetivo, toda uma série de condicionantes culturais, emotivas, simbólicas, afetivas, referenciais etc. que, em muitas vezes, acabam por serem desprezadas dentro do agir profissional.

Contraditórios, incongruentes, híbridos, os resultados de tais condicionantes, certamente escapam de um aparato teórico e disciplinado existente dentro do agir do profissional arquiteto. Porém, elas são representativas de uma determinada *realidade* que não deve ser relegada, já que constitui todo um mundo *autêntico* (como Heidegger gostava de definir). Desse modo, o pensar projetivo profissional não deve prescindir das categorias projetuais “leigas”, se quiser efetivamente elaborar um projeto autêntico, no sentido de levar em conta as condicionantes tanto teóricas e como factuais.

Portanto, o arquiteto antes de elaborar qualquer projeto deve procurar compreender a *realidade* daqueles que usarão e usufruirão de sua obra. E, a partir daí, estabelecer um diálogo entre as diversas realidades que compõe todas as condicionantes projetuais.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Christopher. **Ensaio sobre a síntesis de la forma**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1986.
- BOUTINET, Jean-Pierre. **Antropologia do projeto**. São Paulo: Artmed, 2002.
- BORNHEIM, Gerd. **Páginas de filosofia da arte**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1998.
- COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da arquitetura ocidental**. São Paulo, Martins Fontes, 1982.
- MARTINEZ, Alfonso Corona. **Ensaio sobre o projeto**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.